



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

Ao quinto dia do mês de agosto de 2020, às 13h30min, via videoconferência através do aplicativo “ZOOM”, deu-se início à **Reunião Ordinária** do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial – CONSEPIR. Fizeram-se presentes, conforme convocação, os **Titulares Governamentais:** Gustavo José Picanço Bayer (SESP), Galindo Pedro Ramos (SEED), Nicolas Floriani (SETI), Mikhaella Iatauro Camargo (SEDU), Levi Gomes de Lima Junior (SEMA), Eliseu Raphael Venturi (SEPL). **Suplentes Governamentais:** Nathália Furtado Munhoz (SEJUF), Ellen Cunha do Nascimento (SECC), Lucimar Pasin de Godoy (SESA), Ana Cristina Dalla Lasta (SEDS). **Titulares da Sociedade Civil:** José Luiz Teixeira (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais), Melissa Reinehr (Centro Cultural Humaitá), Luiz Carlos dos Santos (AAP/Sindicato), Angela Elizabeth Sarsneski (RMNPR), Juliana Chagas da Silva Mittelbach (CUT/PR), Sirlene de França Souza (CRP), Nardi Terzinha Casanova (União Cigana do Brasil). **Suplentes da Sociedade Civil:** Cláudia Augusta dos Santos (Dom da Terra Afro LGBTI). **Convidados:** Rita Cristina Oliveira (DPU).

1. Abertura: O presidente José Luiz abre a plenária cumprimentando os participantes da reunião e parabenizando as ações deste Conselho ao longo dos últimos anos e, também, agradecendo o comprometimento de todos. Após sua fala, passa a palavra para a Secretária Geral, Juliana Mittelbach (CUT/PR), que realiza a chamada dos presentes identificando suas respectivas representações. **2. Aprovação de pauta:** A Secretária Geral Juliana (CUT) faz a leitura da pauta e abre para que os participantes sugiram alterações. O conselheiro Luiz Santos (AAP/Sindicato) requisita que o ponto 6 (Edital eleições e comissão) seja antecipado, pois não poderá participar da reunião após às 16 horas. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) afirma que esse ponto é referente às eleições da nova gestão e não com relação a aprovação dos editais. Sendo assim, foi incluído um novo ponto de pauta: Aprovação dos Editais, que passou a ser o terceiro ponto de pauta. O presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) passa a palavra à convidada Rita Cristina de Oliveira (Defensora Pública Federal). A Dra. Rita, inicia sua fala indicando que está presente na reunião, pois, tem interesse na avaliação do programa SOS Racismo e gostaria de colher informações de como está sendo o atendimento através deste programa. A Conselheira Nathália Munhoz (SEJUF) informa que as demandas do programa são mínimas, recebendo raramente ligações telefônicas. A Dra. Rita Cristina questiona sobre o andamento do fluxo do atendimento, gostaria de saber como é o funcionamento do mesmo, como são avaliados e encaminhados. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) informa que as demandas do SOS Racismo não tem sido repassadas às Comissões de Denúncia do Conselho. O Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) indica que as denúncias repassadas ao Conselho, vem geralmente repassadas pelos próprios Conselheiros e sugere que o programa SOS Racismo seja ponto de pauta da próxima reunião, para que seja organizado um fluxo de atendimento e recebimento, sendo assim, existindo a possibilidade de acolher o programa ao Conselho. A convidada Dra. Rita questiona os procedimentos de encaminhamento após os recebimentos de denúncias. Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) exemplifica com uma denúncia recebida recentemente, com relação a um terreiro que foi atacado; recebida a denúncia, o Conselho realizou um encaminhamento junto ao Ministério Público. Ademais, informa que os encaminhamentos são realizados de acordo com cada denúncia. A Secretária Geral Juliana Mittelbach (CUT/PR) reitera a fala do conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato), afirmando sobre a especificidade de cada encaminhamento em acordo com cada caso, além de serem seguidos os próprios trâmites legais. O conselheiro Gustavo Bayer (SESP), informa sobre o setor de vulneráveis da

11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

SESP, onde após o recebimento das denúncias, poucos são os casos onde é possível realizar o andamento das investigações, pois, os denunciadores não efetivam suas denúncias pessoalmente nas respectivas delegacias. O presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) sugere que seja criado um Grupo de Trabalho junto a convidada Dra. Rita, para que essas questões discutidas sejam verificadas em conjunto e trabalhadas para a real efetivação das denúncias. A Convidada Dra. Rita, informa que está sendo avaliado os programas de denúncias em conjunto com o Conselho de Direitos Humanos da ALEP, buscando desenvolver um novo fluxo para o programa, para que institucionalmente ele seja mais efeito. Outrossim, agradece a possibilidade de criação do Grupo de Trabalho mencionado pelo Presidente, pois, acredita ser necessário para auxiliar no processo. A Conselheira Claudia (Dom da Terra Afro LGBTI) questiona a convidada Dra. Rita sobre os constantes boicotes que as Casas vem sofrendo no Estado do Paraná, informando também que as Delegacias não tem recebidos os Boletins de Ocorrência, a partir disso, pergunta como agir, uma vez que as instituições que deveriam responder aos atentados, se recusam a atender as denúncias. A conselheira Melissa (Centro Cultural HUaitá) reforça a fala da Conselheira Claudia (Dom da Terra Afro LGBTI), com relação o não cumprimento das demandas das denúncias e informa que o atendimento do 156, que, deveria recolher denúncias de racismo, não vem recebendo-as. O convidado Candieiro informa que tem dialogado com a Polícia Militar sobre as questões e que tem surtido efeito e, recentemente, vem conversando com um delegado da Polícia Civil, que informa que a Delegacia de Vulneráveis está em processo de transferência e salienta a importância da alteração de alguns procedimentos do recebimento das denúncias, bem como, esse atendimento ser realizado por policiais negros. Como proposta de encaminhamento, o Presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) sugere que seja agendada uma reunião exclusiva para a discussão dessa questão juntamente com a convidada Dra. Rita. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) informa que seria importante que o SOS Racismo seja explicitado nessa reunião, pois desconhecia as possibilidades de que as denúncias recebidas pelo programa passassem por uma “subcomissão” do Conselho. Respondendo a Conselheira Cláudia (Dom da Terra Afro LGBTI), a convidada Dra. Rita informa que outras instituições devem ser procuradas, além das policiais, como o Ministério Público e a Defensoria Pública. O delegado Marques (SESP) informa que para a Polícia Judiciária, a porta de entrada é sempre o boletim de ocorrência, pedindo que, caso não seja recebida a denúncia corretamente, entrem contato com a SESP e informem o número do boletim de ocorrência para averiguação. **3. Aprovação dos Editais:** O Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) informa sobre os recursos dos editais e as universidades estaduais contempladas; comenta que foram pensados editais em conjunto com os municípios e editais com as instituições da sociedade civil; com relação aos repasses, foi realizado um termo de cooperação para que fosse possível a participação de todas as universidades. Ainda sobre as universidades, o Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) informa que as universidades irão trabalhar com as políticas de cotas e as que não possuem irão implantá-las, como por exemplo a UEM. As que já possuem, irão repassar relatórios de como essa política foi efetivada. O Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) pede que a Conselheira Nathalia Furtado Munhoz (SEJUF) atualize os encaminhamentos junto a PGE. A Conselheira Nathalia (SEJUF) informa que a PGE pediu algumas alterações nos valores enviados, informa também que, como não acompanhou o processo de elaboração desde o início, não tem conhecimentos sobre a totalidade do processo e que, por esta razão, apresenta o parecer na reunião e informa que irá enviá-lo também por e-mail,

21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
95
96
97
98
99
100
101
102
103
104
105
106
107
108
109
110
111
112
113
114
115
116
117
118
119
120
121
122
123
124
125
126
127
128
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

para que os Conselheiros e Conselheiras auxiliem no ajuste requisitados pela PGE. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) expressa sua indignação com relação ao tratamento que a Secretaria de Justiça vem apresentado com este Conselho, pois as inúmeras e constantes trocas de representantes da Secretaria faz com que os encaminhamentos passem a não progredir, afinal as discussões precisam regularmente serem debatidas inúmeras vezes devido a essas trocas. O Conselheiro Luiz Santos (APP/Sindicato) indica que o edital de convênio com os municípios precisa ser discutido na reunião e ser aprovado. O Presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) pede para a Conselheira Nathalia (SEJUF), que faça a convocação da reunião junto aos Conselheiros, Conselheiras e Convidados, com relação a questão do SOS Racismo, como discutido no ponto de pauta anterior. O Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) faz a leitura do edital de convênio com os municípios. Com relação a área de atuação para as propostas, atualmente o edital está contemplando apenas um município para cada atuação: projetos de aquisição de bens permanentes voltados a estruturar órgãos gestores e Conselhos Municipais de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e Projetos e atividades de execução de Políticas Municipais de Promoção da Igualdade Racial; sugere que mais propostas possam ser contempladas nesse quadro, abrindo a possibilidade que mais municípios utilizem os recursos. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) informa que se isso for realizado, os recursos ficariam escassos pela distribuição entre vários municípios; questiona se esse orçamento é realmente o último discutido pela Comissão de Finanças, pois, pelo que se lembra, os valores eram outros. Como acordado, essa questão será avaliada futuramente junto a Comissão de Finanças e, sobre a aprovação, a Secretária Geral Juliana (CUT/PR) indica que caso seja necessário, seria possível convocar uma reunião extraordinária para a aprovação do edital. O Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) deu continuidade na leitura do edital. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR), comenta que a aprovação do edital não ocorreu devido a incerteza dos valores. Sendo assim, fica como ponto de pauta da próxima reunião extraordinária a discussão do edital, em conjunto com a discussão sobre o SOS Racismo. A reunião ficou agendada para o dia 12/08/2020 (quarta-feira) às 13:30. Com relação a reunião da comissão de finanças, o Conselheiro Luiz Carlos (APP/Sindicato) sugere que poderia ser agendada para a sexta-feira desta semana e apresenta como proposta de encaminhamento que os valores sejam apresentados no grupo para discussão. Ademais, a Conselheira Nathalia (SEJUF) precisará confirmar os valores disponíveis para utilização nos editais. Acrescentando, a Secretária Geral Juliana (CUT/PR) indica que, caso haja alguma dificuldade na aprovação das questões, ela pode ser submetida também a reunião extraordinária. **4. Apoio institucional ao COPENE:** A Conselheira Nathalia (SEJUF) informa que o projeto foi enviado para todos os Conselheiros e Conselheiras para leitura e, posterior aprovação nesta reunião. O Conselheiro Nicolas Floriani (SETI) informa que o projeto é um termo de cooperação entre a SEJUF e a SETI para contratação de 07 (sete) NEABE'S (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros). Tal projeto é composto por dois eixos: formação de agentes públicos para atender as questões raciais e culturais afrobrasileiras; incentivar as cotas raciais e a permanência dos alunos cotistas pós-graduandos e egressos. Sendo assim, apresenta-se o projeto ao Conselho para aprovação. Ademais, informa que sete conselheiros e conselheiras foram indicados para integrar o projeto. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) recomenda que seja discutido um novo nome para integrar o projeto em substituição a Arilda, que não está mais acompanhando o Conselho pela SEJUF. Como conversado entre os Conselheiros e Conselheiras, o Conselheiro Galindo (SEED) foi escolhido para participar do projeto. O presidente

31
32
33
34
35
36
37
38
39
40



CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR

142 José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) inicia o processo de votação do
143 projeto. Como ninguém se manifestou contrariamente, o projeto foi aprovado. **5. Edital**
144 **eleições e comissão:** O presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Ge-
145 rais) inicia a discussão do ponto de pauta, informa que a eleição que deveria acontecer na
146 metade do ano e já foi prorrogada em três meses devido a pandemia; e, como toda elei-
147 ção acontece diante uma conferência, levando em consideração a impossibilidade de reu-
148 nição presencial, poderia ocorrer em ambiente online, entretanto, devido a diversos proble-
149 mas técnicos que poderiam inviabilizar a participação da sociedade civil, o presidente não
150 concorda com sua execução. Ademais, salienta que não é o momento para se pensar em
151 processo eleitoral. A partir disso, indica que a decisão deve ser colegiada, não cabendo
152 unicamente a sua pessoa decidir ou não sobre a eleição, abrindo assim, para os demais
153 Conselheiros e Conselheiras debaterem a questão. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR)
154 destaca que por se tratar de uma população em vulnerabilidade, mesmo em ambiente on-
155 line, seria um regime de exclusão, tendo como exemplo as dificuldades que os povos vêm
156 enfrentando no ensino à distância. E, pela eleição necessariamente ser realizada em con-
157 junto com a conferência, não havendo possibilidade dela se realizar presencialmente e,
158 tampouco em ambiente online, devido às questões de vulnerabilidade levantadas. Portan-
159 to, sugere que o mandato seja estendido. A conselheira Nathalia (SEJUF) informa que o
160 máximo dessa prorrogação de acordo com o regimento interno é de 90 dias; com relação
161 ao ambiente online, informa que o CEDCA está realizando a eleição numa plataforma em
162 conjunto com a SEED. Ademais, sobre o ofício deliberado pelo Conselho, ele não foi envi-
163 ado pela SEJUF, devido a uma incompatibilidade jurídica verificado pela Secretaria. A
164 conselheira Nardi (União Cigana do Brasil) reforça a fala da conselheira e Secretária Ge-
165 ral Juliana (CUT/PR) e utiliza como exemplo a comunidade cigana, que não possui o apa-
166 rato tecnológico para participar desse ambiente virtual. A Secretária Geral Juliana
167 (CUT/PR) questiona o não envio deste ofício. A Conselheira Nathalia (SEJUF) informa
168 que a decisão partiu da Secretaria de Justiça e da Chefia do Departamento, Dr. Paulo
169 Sena, pois, não havendo vacância na presidência, ficou-se inviabilizada a eleição delibe-
170 rada pelo Conselho. A conselheira Melissa (Centro Cultural Humaitá) questiona se todos
171 os ofícios do CONSEPIR não serão mais enviados. A conselheira Nathália (SEJUF) infor-
172 ma que apenas os ofícios com relação a eleição não poderão ser enviados até que a
173 questão jurídica seja resolvida. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) informa que o conse-
174 lheiro Isaac (SEDS) utilizou da estrutura do Conselho, desenvolvendo ofícios em nome
175 próprio antes da licença do ex-presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil Áfricaser
176 efetivada, sendo assim, se auto-nomeando presidente deste Conselho, sendo que não ti-
177 nha habilitação para isso, por fim, sugere que seja enviada uma denúncia ao Ministério
178 Público com relação a essa conduta autocrática da Secretaria de Justiça. O presidente
179 José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos Campos Gerais) reforça a fala da conselheira e Se-
180 cretária Geral Juliana (CUT/PR) e indica que uma denúncia seja enviada ao Ministério Pú-
181 blico, pois, a Secretaria da Justiça está tomando decisões políticas e silenciando este
182 conselho. A conselheira Nathalia (SEJUF) informa que está seguindo ordens de seu supe-
183 rior e, a decisão acatada, não é para silenciar o Conselho, mas sim para seguir a legalida-
184 de da questão. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) informa que, de acordo com a legali-
185 dade, o próprio Conselho tem um regimento interno e não deve ser ignorado, pois, o Con-
186 selho tem autonomia em suas deliberações e encaminhamentos; afirma também que a
187 Secretaria de Justiça não pode orientar que seu funcionário, representante da SEJUF
188 neste conselho, silencie o envio de um documento, invisibilize uma decisão, porque quem

41
42
43
44
45
46
47
48
49
50



**CONSELHO ESTADUAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DO PARANÁ
CONSEPIR**

189 faz isso, em geral, é a sociedade racista, a população branca que tem o hábito de silenci-
190 ar e invisibilizar o povo negro, é uma vergonha que isso tenha acontecido; afirma que não
191 vai voltar atrás nas suas palavras com relação à censura. O presidente José Luiz informa
192 que a decisão do Secretário está ignorando toda a decisão do Conselho e a votação que
193 foi deliberada em reunião, portanto, uma decisão autoritária, racista. O Conselheiro Eliseu
194 Raphael (SEPL) informa que essa questão de legalidade estava realmente pairando nas
195 discussões pertinentes a eleição, portanto, deve-se abrir o diálogo quanto a isso, pois a
196 decisão pode ser numa tentativa de resguardar a própria juridicidade e uma questão públi-
197 ca e, não necessariamente uma questão de decisão política. A conselheira Angela (RMN-
198 PR) também concorda com o diálogo, porém, com relação às atitudes do conselheiro Isa-
199 ac levantados aqui, ele não foi questionado; acredita que o governo se precipitou em dar
200 o cargo ao Vice-Presidente Isaac Ramos Ferreira (SEJUF) que agora está incorrendo em
201 outros problemas. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) volta a afirmar que a decisão
202 deve pertencer ao pleno e não a Secretaria, afinal o envio do ofício foi deliberado pelo
203 Conselho. A conselheira Angela (RMNPR) volta a comentar sobre a conduta do conse-
204 lheiro Isaac que basicamente se autoneomeou presidente e enviou ofícios em nome do
205 conselho sem o aval do mesmo. A conselheira Melissa (Centro Cultural Humaitá) questio-
206 na qual é o interesse da SEJUF na nossa executiva? A PGE respondeu em tempo recor-
207 de para questionar a nossa decisão interna? Ademais, informa que na eleição do primeiro
208 presidente também houve intervenção governamental. Como proposta de encaminhamen-
209 to, a Secretária Geral Juliana (CUT/PR) sugere que sejam enviadas denúncias por essa
210 intervenção direta da Secretaria de Justiça em torno da deliberação do Conselho. A con-
211 selheira Nardi (União Cigana do Brasil) comenta que se faz necessário uma nota oficial
212 para imprensa da nossa indignação. A Conselheira Juliana propõe que esse ponto de
213 pauta seja suspenso devido a essas problemáticas e que as medidas legais devam ser to-
214 madas. A conselheira Angela (RMNPR) informa que o Secretário da Justiça anteviu a
215 posse do novo presidente (Isaac Ramos Ferreira - SEJUF), pois, antes mesmo da infor-
216 mação de licença do ex-presidente Saul Dorval da Silva (Instituto Brasil África), o governo
217 já havia noticiado em site oficial a posse do Isaac Ramos Ferreira (SEJUF). Com relação
218 a campanha, a conselheira Angela (RMNPR) afirma que não fará a avaliação da campa-
219 nha no grupo e que não deve haver discussão desse ponto de pauta até que a questão
220 discutida anteriormente seja resolvida. A Secretária Geral Juliana (CUT/PR) sugere que a
221 reunião se dê por encerrada, tendo em vista as problemáticas geradas pelos posiciona-
222 mentos levantado pelo Governo. O atual presidente José Luiz (Instituto Sorriso Negro dos
223 Campos Gerais) pede desculpas a todos os participantes da reunião e reafirma sua indig-
224 nação perante os acontecimentos, indicando que essa situação deve ser resolvida o
225 quanto antes. A reunião se deu por encerrada.